

**MEMORANDO INTERNO N° 05/2022**2361  
E**De:** Setor de Compras, Licitações e Contratos**Para:** Diretoria Jurídica**Assunto:** Reequilíbrio-econômico – Pregão Eletrônico – SRP – nº 23/2021**Interessado:** RG2S DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS, ARP nº 244/2021

Encaminho para Parecer Jurídico a solicitação da empresa **RG2S DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS**, em anexo, sobre o pedido de reequilíbrio econômico-financeiro do item nº 116 – Ibuprofeno 600 mg.

Por fim, considerando que os autos do Pregão Eletrônico nº 23/2021 encontram-se neste setor Jurídico, solicito, por gentileza, que se faça a juntada deste memorando e demais documentos que seguem em anexo, acusando-se o recebimento logo abaixo na data da efetiva entrega.

Após, à Diretora Executiva para decisão final.

Atenciosamente,

Presidente Prudente, 11 de março de 2022



**MARCEL DOS SANTOS CARDOSO**  
Chefe do Setor de Compras, Licitações e Contratos

Recebido em 11 / 03 /2022

Estagiário (a)  
Diretoria Jurídica  
**Setor Jurídico:** Guilherme Antônio de Jesus

## Marcel Cardoso - Licitação CIOP

**De:** RG2S DISTRIBUIDORA <admrg2s@gmail.com>  
**Enviado em:** quinta-feira, 10 de março de 2022 15:14  
**Para:** licitacaocompra@ciop.sp.gov.br  
**Assunto:** Pedido reequilíbrio pregão nº 23/2021  
**Anexos:** reeq CIOP Ibuprofeno 600.pdf

2362  
2361  
E

Boa tarde

Segue em anexo solicitação de reequilíbrio referente ao item Ibuprofeno 600mg.

Favor acusar recebimento

**JOÃO EDUARDO**

RG2S Produtos de Saúde | Administrativo

**P:** (46) 2601-0889

**S:** [joaoeduardo.g05](mailto:joaoeduardo.g05)

16/07/2022

Marcel dos Santos Cardoso  
Chefe do Setor de Licitações  
e Contratos-CIOP  
RG: 42.187.355-3

2363  
8

**AO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA – CIOP  
PEDIDO DE REEQUILÍBRIO FINANCEIRO**

**DO REQUERIMENTO**

Ref.: **PEDIDO DE REEQUILÍBRIO FINANCEIRO DO ITEM Nº 116 IBUPROFENO 600MG  
COMP** quanto ao Pregão Eletrônico Nº 23/2021

**DA DECLARANTE**

A empresa **RG2S DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o Nº 31.905.076/0001-90, sediada à Rua Minas Gerais, Nº 370, Bairro Alvorada, CEP 85.601060, Francisco Beltrão, estado do Paraná, vem respeitosamente perante Vossas Senhorias solicitar, respeitosamente, à administração do Consórcio Intermunicipal do Oeste Paulista, a reconsideração do parecer desfavorável ao requerimento de **REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO referente ao ITEM Nº 116 IBUPROFENO 600MG COMP**, pelos fatos e fundamentos a seguir.

Requer processamento do presente recurso, com sua remessa a autoridade superior, para que proceda ao seu julgamento.

Nestes termos, pede deferimento.

**DOS FATOS:**

A Requerente, após participação do processo licitatório sob a modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 23/2021** arrematou, o **ITEM Nº 116 IBUPROFENO 600MG COMP**, ao valor de R\$ 0,16 (DEZESSEIS CENTAVOS), que por sua vez, teve seu custo em mercado passado por um aumento imprevisível.

Entretanto, com o aumento generalizado nos casos de gripe, o medicamento teve sua demanda consideravelmente aumentada e seu valor também sofreu acréscimos.

2364  
B

Agora, o fornecimento do item presencia o valor de R\$ 0,155 (QUINZE CENTAVOS E CINCO MILESIMOS DE CENTAVOS), como também consta em anexo.

## DA JUSTIFICATIVA:

Primeiramente, destaca-se que a conduta da **RG2S** está sempre voltada a prestar o melhor atendimento aos seus clientes e à administração pública bem como preocupa-se em manter a qualidade de seus serviços, na consecução do cumprimento do interesse público e das obrigações contratuais.

Deste modo, no caso em questão, para que o andamento do contrato continue a fim de não prejudicar ambas as partes, o reequilíbrio é solicitado.

Ante o exposto, **vem, a empresa, solicitar a compreensão do Município, concedendo o REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO já citado do Nº 116 IBUPROFENO 600MG COMP para a requerente, uma vez comprovada a boa-fé da mesma.**

## DAS RAZÕES DE DIREITO:

Notadamente, a legislação em regência possibilita o administrador público conceder o equilíbrio econômico-financeiro, quando os encargos da contratada sofrem alterações, **conforme prevê a Lei nº 8.666/93:**

Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

(...)

II - Por acordo das partes:

d) para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda,



2365  
E

em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual. (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994. (GRIFO NOSSO))

Bem como, **também previsto na Lei nº 14.133/2021**: "Art. 130. Caso haja alteração unilateral do contrato que aumente ou diminua os encargos do contratado, a Administração deverá restabelecer, no mesmo termo aditivo, o equilíbrio econômico financeiro inicial. (GRIFO NOSSO)"

Portanto, trata-se de uma característica essencial do contrato administrativo, reconhecida pela própria Constituição, não podendo ser elidida quando o caso atender ao exigido pela Lei.

Além dos argumentos apresentados acima, é possível destacar também o **Decreto Federal nº 7.892/13**, que prevê, em caso de o valor de mercado tornar-se superior ao registrado, e em caso do órgão julgar como não conveniente ao município o realinhamento dos valores, o fornecedor torna-se liberado de seu compromisso, conforme disposto abaixo:

Art 19. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

I- Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação de penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

II- Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação. Parágrafo único. Não havendo êxito nas negociações. O órgão gerenciador deverá proceder a revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

Ademais, é ressaltado que, ao participar do processo licitatório, a empresa faz previsões levando em consideração o custo, lucro e também a possibilidade do aumento percentual autorizado pelo Governo, desse modo, não se faz possível calcular valores exorbitantes, pois esses lhe arredariam a disputa.

Nesse assunto, tem-se com base a doutrina de Marçal Justen Filho:

“(…) A tutela ao equilíbrio econômico-financeiro dos contratos administrativos destina-se a beneficiar a própria administração. Se o particular tivesse que arcar com as consequências de todos os efeitos danosos possíveis, teriam de formular propostas mais onerosas. A administração arcaria com os custos correspondentes a eventos meramente possíveis – mesmo quando incorressem, o particular seria remunerado por seus efeitos meramente potencias. É muito mais vantajoso convidar os interessados a formular a menor proposta possível: aquela que poderá ser executada se não se verificar qualquer evento prejudicial ou oneroso posterior”

## DAS EXPOSIÇÕES PROBATÓRIAS

Mantidas as intenções legais de promover a maior qualidade e cuidado na distribuição dos medicamentos adquiridos por meios licitatórios, prosseguimos com as justificativas.

A empresa apresenta, em anexo à carta, a nota fiscal comprobatória referente ao custo do objeto em questão no mercado. Desse modo, o custo inicial do medicamento era **R\$ 0,11 (ONZE CENTAVOS)**.

Dessa forma, é notório que a margem operacional se torna insuficiente para a requerente durante a vigência do contrato, uma vez que o valor arrematado pela empresa durante o processo foi de **R\$ 0,16 (DEZESSEIS CENTAVOS)**, mesmo valor do custo atual do produto.

Por tais motivações, solicitamos, encarecidamente, para que as atividades econômicas da empresa não sejam afetadas, a alteração do valor arrematado pela empresa para **R\$ 0,19 (DEZENOVE CENTAVOS)**.

Visto que o não deferimento do requerimento impossibilita a requerente de promover a entrega dos materiais, solicitamos a reconsideração do pedido





Fone: 46 2601-0889 | Cel: 46 99115-4720 | E-mail: vendasrg2s@gmail.com  
Rua Minas Gerais, 370 | Salas 01 e 02 | Bairro: Alvorada | CEP 85.601-060 | Francisco Beltrão | Paraná



Fone: 46 2601-0889 | Cel: 46 99115-4720 | E-mail: vendasrg2s@gmail.com  
Rua Minas Gerais, 370 | Salas 01 e 02 | Bairro: Alvorada | CEP 85.601-060 | Francisco Beltrão | Paraná

## DOS PEDIDOS

2370  
8

Diante do acima exposto, considerando a necessidade de **prevenir responsabilidades, promover a conservação e ressalva de seus direitos**, pede pelo recebimento deste requerimento, e que seja acolhido o pedido de reequilíbrio econômico-financeiro da empresa RG2S DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, no item "ITEM Nº 116 IBUPROFENO 600MG COMP", perante o pregão Nº 23/2021, para o valor de **R\$ 0,19 (DEZENOVE CENTAVOS)**.

Termo em que,  
Pede e espera deferimento.

Francisco Beltrão/PR, 04 de março de 2022.

NARCISO  
JOSE  
RONSANI:05  
051595979

Assinado de forma  
digital por NARCISO  
JOSE  
RONSANI:05051595  
979  
Dados: 2022.03.04  
15:13:02 -03'00'

RG2S DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA  
Narciso José Ronsani – Sócio Administrador  
CPF: 050.515.959-79



2452  
g

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

---

## **PARECER JURÍDICO**

**INTERESSADO(S): SETOR DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.**

**ORIGEM: RG2S DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA**

---

**OBJETO: SOLICITAÇÃO DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO  
ITEM 116 – IBUPROFENO 600MG**

---

## **RELATÓRIO**

Trata-se de solicitação de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro referente ao **item 116 – IBUPROFENO 600MG**, cuja licitante se sagrou vencedora foi a empresa RG2S DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, registrados na ata do **Pregão Eletrônico nº 23/2021**, com documentos juntados às fls. 2.361/2.370, alegando que: “teve seu custo em mercado passado por um aumento imprevisível”.

Destarte, o Setor responsável solicita a esta Diretoria Jurídica o exame dos autos e a elaboração de parecer jurídico a respeito das providências a serem adotadas pela Administração do CIOP *in casu*.





## CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

Teceremos, portanto, considerações acerca da (im)possibilidade do realinhamento do preço nos moldes apresentados, de forma a orientar a decisão da autoridade competente quanto aos procedimentos a serem adotados no sentido de manter a impessoalidade e objetividade no âmbito do referido contrato administrativo.

### ANÁLISE JURÍDICA

O seu pedido tem como fundamento o aumento de preço do item no período, sendo necessária a recomposição dos valores registrados para que se mantenha o equilíbrio pactuado, o que possibilitaria o seu adimplemento.

Inicialmente faz-se necessário apontar que a Ata de Registro de Preço somente traz obrigações de forma unilateral ao vencedor da licitação, o qual se obriga fornecer ou prestar serviço da ata para a Administração, de acordo com a especificação de sua proposta e com o preço apresentado por ocasião do certame, pelo **prazo registrado, no caso de 01 (um) ano**.

Deste modo há o registro que vinculará as partes nos moldes que se darão as contratações, sendo este o objeto principal da relação aferida no processo licitatório, o estabelecimento do valor e quantidade que a Administração Pública poderá adquirir no período de vigência da ata.

Desta forma, a recomposição dos valores neste registrado somente poderá ser realizada de forma excepcional e se daria através da comprovação da ocorrência de: a) fato do príncipe; b) fato da Administração; c) fato superveniente imprevisível; ou, d) fato previsível, mas de consequências incalculáveis.

Entretanto, está sedimentando-se o entendimento da inaplicabilidade da teoria da imprevisão para o reajuste do preço registrado em ata, não sendo possível a alteração enquanto vigente aquela.



## CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

Conforme o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo:

Impende salientar, a esse respeito, a inaplicabilidade da teoria da imprevisão à Ata de Registro de Preços. Nesse sentido, os TC'S 003590.989.17-4 e 006474.989.17-5[7], cujo trecho peço vênia para transcrever: "Por derradeiro, também reputo indevida a previsão de realinhamento de valores no sistema de registro de preços, a exemplo do precedente trazido pela Equipe Técnica da Unidade Regional de Marília, consubstanciado no TC000414.989.13-7, sob minha relatoria, cujo trecho de interesse peço vênia para reproduzir: 'De se lembrar conceito bem definido pelo Eminent Substituto de Conselheiro Samy Wurman e que resume apropriadamente o que penso: "cláusulas de reequilíbrio da equação econômica inicial do contrato não são admissíveis no sistema do registro de preços, por não haver como se aplicar a teoria da imprevisão quando estamos a tratar de uma Ata de Registro de Preços, e tampouco cabe à Administração o dever de tutelar a manutenção do exato patamar de lucratividade relacionado a preços registrados em Ata' (v.g. TC-002541/003/11). Inadmissível, assim, variar o preço durante a vigência da Ata de Registro de Preços". De fato, mostra-se materialmente impossível aplicar a teoria da imprevisão ao sistema de registro de preços, sendo facultada a realização de certame próprio subsequente, assegurado o direito de preferência ao detentor da respectiva ata, em igualdade de condições, conforme disposto no art. 15, §4º, da Lei de Licitações" (notas de rodapé suprimidas) – grifos originais. Processo n.º 1135-989-21, Conselheiro Antônio Roque Citadini, 24.03.2021. (Grifo e negrito nosso)

Conjugando a jurisprudência acima colacionada, podemos concluir que, em matéria de Ata de Registro de Preço, a Administração fica proibida de realizar o reequilíbrio econômico-financeiro enquanto vigente e ata.

Não se vislumbra a possibilidade jurídica do reequilíbrio econômico-financeiro da ata ante a inaplicabilidade da teoria da imprevisão as atas de registro de preço conforme decisão suso exposta do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.



## CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

Insta salientar que, o edital do certame, com supedâneo na Lei nº 10.520/2002, que dispõe sobre o pregão, estabelece expressamente quais as sanções aplicáveis aos licitantes, no caso de descumprimento, verbis:

### "VIII – SANÇÕES

8.1. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com o CIOP pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

8.1.1 A execução irregular do contrato, que não resulte prejuízo ao CIOP ou ao Município Contratante, poderá ser punida com Advertência;

8.2. A execução irregular do contrato também poderá causar multa, prevista na forma do item 8.3 e 8.4, nas hipóteses de mora e inexecução do contrato.

8.3. Caso a licitante declarada vencedora se recuse a receber/retirar a Nota de Empenho ou instrumento equivalente, ser-lhe-á aplicada a multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total adjudicado, exceto se a causa for decorrente de caso fortuito ou motivo de força maior, devidamente comprovada e acatada pela Administração.

8.4. Expirado o prazo proposto para a entrega dos produtos, sem que a contratada o cumpra, iniciar-se-á a aplicação da penalidade de multa, correspondente a 0,5 % (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Nota de Empenho ou Ordem de Compra, exceto se a causa for decorrente de caso fortuito ou motivo de força maior, devidamente comprovada e acatada pela Administração.

8.5. A multa prevista no item anterior será aplicada até o limite de 20 % (vinte por cento) do saldo empenhado, o que

2455  
28

544  
Página 4





## CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

não impede, a critério da administração, a aplicação da sanção a que se refere o item 8.1.

8.6 A inexecução parcial ou total do contrato poderá gerar multa de 20% (por cento) sobre o valor não adimplido, sem prejuízo do que concerne o item 8.1, exceto se a causa for decorrente de caso fortuito ou motivo de força maior, devidamente comprovada e acatada pela Administração.

8.7 O valor da multa poderá ser deduzido de eventuais créditos devidos pelos Municípios e quando por esta solicitado.

8.8.1 O prazo para pagamento de multas será de 30 (dez) dias corridos, a contar da intimação da infratora, após decisão apenadora.

8.9 Contra os atos de aplicação das penalidades previstas neste título deverão ser respeitados os princípios do contraditório e ampla defesa.

8.10 As apurações acerca de inadimplência contratual serão realizadas pelo CIOP após realizada a comunicação do evento detalhado pela prefeitura participante, com o envio do pedido de entrega.

8.11 As decisões sobre as sanções administrativas serão publicadas no Diário Oficial Eletrônico do CIOP.

8.11.1 Contra os atos de aplicação das penalidades previstas neste título deverão ser respeitados os princípios do contraditório e ampla defesa, abrindo-se prazo de 05 (cinco) dias úteis para Defesa, a partir da intimação, que poderá ser por carta com aviso de recebimento ou correio eletrônico.

8.11.2 Não encontrada a empresa apurada no endereço constante em seu cadastro de CNPJ no sítio eletrônico da Receita Federal para notificação por carta e nem via correio eletrônico, sua intimação se será pelo Diário Oficial Eletrônico do CIOP, bem como pelo Diário Oficial do Estado, sendo

2456  
g

Alto  
Página 5



## CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

considerada intimada após a publicação, para todos os efeitos legais."

Na hipótese do inadimplemento da proposta exarada pela mencionada empresa, poderá a Administração Pública aplicar a penalidade máxima sem deixar de observar aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, haja vista que, realizada a licitação na modalidade pregão, a própria lei estabelece tratamento rigoroso ao licitante convocado que não comparece para assinar o contrato, ou deixa de entregar os itens registrados em ata de registro de preços. Isso se deve, porque *"uma das vantagens do pregão consiste exatamente na celeridade que ele confere às contratações do poder público, celeridade que se perde caso o vencedor do certame não compareça para dar execução da proposta"*. (FURTADO, Lucas Rocha. Curso de licitações e contratos administrativos. Belo Horizonte: Fórum, 20074, p. 484).

Aliás, como bem alerta Jessé Torres Pereira Junior (in Comentários à lei de licitações e contratações da Administração Pública. 4. Ed. Rio de Janeiro: Renovar, 1997. P. 538-539), a recusa do adjudicatário a contratar com a Administração *"frustra o propósito do certame e gera contingência que poderá ser danosa ao interesse público, se outra licitação houver de ser realizada, com a perda de tempo, de recursos e desatendimento às necessidades da Administração"*. É de se considerar que *"ao ingressar no torneio licitatório, cada concorrente deve estar disposto a contratar. A participação na licitação constitui, para cada licitante, uma declaração da vontade de vir a contratar com a Administração"*.

Por consequência, não tendo a empresa licitante demonstrado a ocorrência de fato superveniente e imprevisível que justifique o não cumprimento da entrega do item registrado em ata, e não existindo qualquer vício no processo, mister se faz a manutenção do valor registrado e exigência do cumprimento e entrega do item em que a empresa licitante sagrou-se vencedora, sob pena de aplicação das sanções supramencionadas no caso de descumprimento.



## CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

### CONCLUSÃO


Ante o exposto e, com fulcro nas considerações acima aduzidas, esta Diretoria Jurídica opina:

I – Pela manutenção do valor registrado do item em que a empresa RG2S DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA sagrou-se vencedora, sob pena de aplicação das sanções descritas no instrumento editalício, no caso de descumprimento;

Por fim, encaminhe-se ao setor de compras, licitações e contratos, obedecendo aos trâmites legais, principalmente dando-se ampla publicidade.

Presidente Prudente/SP, 18 de abril de 2021.

  
Sérgio Ricardo Stuani  
Diretor Jurídico

  
Elton Rodrigo de Castro Garcez  
Assistente Jurídico

  
Julio Cesar Gratton Pagnosi  
Assistente Jurídico



**MEMORANDO INTERNO Nº 27/2022**

**De:** Setor de Compras, Licitações e Contratos

**Para:** Diretoria Executiva

**Assunto:** Pedido de Reequilíbrio Econômico - Financeiro de item – Pregão Eletrônico nº 23/2021

**Interessado:** RG2S DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA – SRP – nº 244/2021

Encaminho o Parecer Jurídico às fls. 2.452/2.458, que opinou pelo indeferimento do pedido de reequilíbrio econômico financeiro e/ou cancelamento do item nº 116 (IBUPROFENO 600MG).

Presidente Prudente, 26 abril de 2022



**MARCEL DOS SANTOS CARDOSO**  
Chefe do Setor de Compras, Licitações e Contratos

**DESPACHO DA DIRETORA EXECUTIVA**

**Assunto:** Pedido de Reequilíbrio Econômico – Financeiro – Pregão Eletrônico nº 23/2021

**Interessado:** RG2S DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA – SRP – nº 244/2021

Trata-se de solicitação de reequilíbrio econômico financeiro, e alternativamente o seu cancelamento, do item registrado na Ata de Registro de Preços nº 244/2021, alegando, em síntese, o aumento de preço do item no período.

Isto posto, acolho na íntegra os fundamentos de fato e de direito esmiuçados no Parecer Jurídico e **DELIBERO** pelo **NÃO ACOLHIMENTO** da solicitação realizada pela empresa **RG2S DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA**, possuidora do CNPJ nº 31.905.076/0001-90, mantendo-se os preços e condições anteriormente previstas, sob pena de aplicação das sanções administrativas previstas.

Publique-se.

Presidente Prudente, 26 de abril de 2022



**Maria Heloísa da Silva Cuvolo**  
Diretora Executiva - CIOP



# CIOP - Consórcio Intermunicipal do Oeste Paulista

Rua Coronel Albino, 550 - CEP 19020-360 Presidente Prudente - SP | Tel.: (18) 3223-1116

IMPrensa Oficial

Licitação

## DESPACHO DA DIRETORA EXECUTIVA

Despacho da Diretora Executiva. Assunto: Solicitação de Reequilíbrio Econômico de Item, ARP nº 244/2021, Pregão Eletrônico nº 23/2021. Interessada: **RG2S DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - CNPJ nº 31.905.076/0001-90**. Decisão: Delibero pelo não acolhimento do pedido de reequilíbrio econômico do item 116 (IBUPROFENO 600MG), conforme fundamento acostado nos autos. Maria Heloisa da Silva Cuvolo - Diretora Executiva do CIOP. Pres. Prudente, 26 de abril de 2022.

